

UMA PEDRA NO SAPATO: ANARQUISMO E O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO NA DÉCADA DE 1920 NO BRASIL E AS CONEXÕES TRANSLOCAIS DE PRÁTICAS E IDEIAS ALÉM DO EIXO RIO-SÃO PAULO

Kauan Willian dos Santos ⁸³

Resumo: É afirmado por parte da historiografia do tema que desde o início da década de 1920, o movimento anarquista teria começado sua decadência. De fato, concordamos que o anarquismo começa a perder sua base social de maneira irreversível nesse período, mas, neste artigo, afirmamos, concordando com outras pesquisas e também olhando para além do eixo Rio-São Paulo, que o anarquismo e suas estratégias ainda representavam uma opção de luta de boa parte da classe trabalhadora. A circulação de ideias através de seus grupos móveis e suas ligações em entidades sindicais translocais, a partir da Confederação Operária Brasileira (COB) fizeram o anarquismo, que estava sendo atacado em seus núcleos mais usuais, conserva-se, além de se legitimar em lugares diferentes e longínquos entre si, fato muito importante para a não extinção total do anarquismo, e para a conservação do sindicalismo revolucionário, estratégia não só de anarquistas, mas de muitos trabalhadores.

Palavras-chave: Anarquismo; Sindicalismo revolucionário; Movimento operário-Brasil.

UNA PIEDRA EN EL ZAPATO: ANARQUISMO Y SINDICALISMO REVOLUCIONARIO EN LA DÉCADA DE 1920 EN BRASIL Y LAS CONEXIONES TRANSLOCALES DE PRÁCTICAS E IDEAS MÁS ALLÁ DEL EJE RÍO-SÃO PAULO

Resumen: Es afirmado por parte de la historiografía del tema que, desde el inicio de la década de 1920, el movimiento anarquista habría comenzado su decadencia. De hecho, concordamos que el anarquismo empieza a perder su base social de manera irreversible en este período, pero, en este artículo, afirmamos, concordando con otras investigaciones y también mirando más allá del eje Río-São Paulo, que el anarquismo y sus estrategias todavía representaban una opción de lucha de gran parte de la clase trabajadora. La circulación de ideas a través de sus grupos móviles y sus vínculos en entidades sindicales translocales, desde la Confederación Obrera Brasileña (Confederação Operária Brasileira – COB) hicieron el anarquismo, que estaba siendo atacado en sus núcleos más usuales, conservarse, además de legitimarse en lugares diferentes y lejanos entre sí, hecho muy importante para la no extinción total del anarquismo, y para la conservación del sindicalismo revolucionario, estrategia no sólo de anarquistas, sino de muchos trabajadores.

⁸³ Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo e Professor da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. (<http://lattes.cnpq.br/6126683365152844>)
Artigo recebido em 25/02/2019 e aprovado em 30/04/2019.

Palabras clave: Anarquismo; Sindicalismo revolucionario; Movimiento obrero-Brasil.

Introdução: olhando para outro lugar

Se no primeiro número de *A Plebe*, em São Paulo, em junho de 1917, os anarquistas imprimiam em sua primeira página o mote “Rumo à Revolução Social”, fazendo referência a uma grande onda grevista e insurrecional no país e no mundo, que ocorreu nos anos seguintes até o fim da década, com esperança de que transformaria abruptamente sua realidade, logo nos primeiros anos de 1920, a posição libertária deixou claro de que nem toda explosão ou organização tida como operária ou trabalhista poderia alcançar uma sociedade livre em todos os sentidos.

Nesse sentido, após as manifestações operárias e a onda grevista e insurrecional entre 1917 e 1920, os debates parlamentares para deportações e prisões ficaram mais intensos e sistemáticos e somaram-se aos discursos nacionalistas de intelectuais e políticos que reviam a questão da imigração e do trabalhador imigrante. Alguns desses, como Manuel Bonfim, destacavam o desprezo que teriam os políticos brasileiros pelo trabalhador nativo, mostrando que o elemento estrangeiro era causador de uma suposta desordem. Em 1920 foi fundada a Ação Social Nacionalista, sendo seguida pela Liga da Defesa Nacional, a Propaganda Nativista e o periódico *Gil Blas*. Esses e outros órgãos apoiavam, por meio até de passeatas, as medidas de expulsão de estrangeiros, que supostamente ameaçavam o trabalhador nacional, fazendo duras críticas ao anarquismo como movimento que não defenderia os interesses do país. Para Angela de Castro Gomes:

Este nacionalismo dos anos 20 não se traduzia mais por um sentimento de amor à pátria, fundado na grandeza e beleza territoriais do Brasil, conforme o modelo paradigmático do *Por que me ufano* do conde Afonso Celso. Ele se manifestava como um movimento social,

agressivo e militante, que tinha como objetivo apontar e combater os males do nosso país⁸⁴.

Com a ascensão do nacionalismo entre a população e o aumento da classe média, a disputa mais acirrada com o sindicalismo reformista, a criação do Partido Comunista Brasileiro – e sua outra ideia e ação em combate com o sindicalismo revolucionário – assim como o aumento da repressão, foi afirmado por pesquisadores do tema que, no período desde o início da década de 1920, o anarquismo teria começado sua decadência⁸⁵. De fato, concordamos que o anarquismo começou a perder sua base social de modo irreversível desde esse período, mas afirmamos, neste artigo, ancorados em outros estudos⁸⁶ e olhando além do eixo Rio-São Paulo, que o anarquismo e suas estratégias sindicais ainda representavam uma opção de luta para boa parte da classe trabalhadora. A circulação de ideias por meio de seus grupos móveis e suas ligações em entidades sindicais translocais, a partir da Confederação Operária Brasileira (COB), fizeram o anarquismo, atacado em seus núcleos mais usuais, conservar-se, além de legitimar-se em lugares diferentes e longínquos entre si, fato muito importante para a não extinção total do anarquismo e para a conservação do sindicalismo revolucionário, estratégia não só de anarquistas, mas de muitos trabalhadores.

Para isso, somos influenciados pelos avanços da História Social, principalmente a de matriz marxista inglesa, que refletiu intensamente sob a historiografia do movimento operário no Brasil. Acompanhando a

⁸⁴ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 136.

⁸⁵ Cf. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Difel, 1977; e MARAM, Sheldon. *Anarquismo, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

⁸⁶ Silva Parra e Rodrigo Rosa da Silva apontam a continuidade do anarquismo após o período de 1920, mas, sobretudo, enfocam o caráter em outros espaços, fora do sindicalismo (cf. PARRA, Lucia Silvia. *Combates pela liberdade: movimento anarquista sobre a vigilância do DEOPS/SP*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003; e SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005).

redemocratização política no país, o avanço da liberdade de pesquisa nas universidades, somado ao interesse dos pesquisadores em colocar grupos subalternos e explorados nas pesquisas acadêmicas, muito pelo avanço dos movimentos sociais, mas também pela corrente historiográfica já citada, fez com que a história de trabalhadores, bem como seus comportamentos, levando a cultura, mas também suas expressões políticas, a se colocar em cena⁸⁷. Desde aí, uma das considerações importantes dos historiadores debruçados sobre o movimento operário brasileiro, como a autora Silvia Petersen, foi descentralizar uma narrativa que analisava o eixo Rio-São Paulo e tornava esses casos um padrão para o restante do país⁸⁸. Também é relevante mencionar uma preocupação dessa expressão historiográfica citada, ainda mais recentemente, com as reflexões de Marcel Van der Linden, a partir da “História Global do Trabalho”, sobre não confundir uma história regional com regionalismo e, ainda, transformar especificidades em grandes padrões, como fizeram anteriormente com os polos industriais citados e, ao invés disso, analisar as múltiplas conexões e escalas regionais e internacionais no movimento operário⁸⁹.

O início da década de 1920 e o fim do sonho da revolução russa

Com os caminhos tomados pela Revolução Russa repudiados pelos anarquistas, como a repressão aos libertários e o centralismo estatista e partidário, os militantes no país teriam que largar um grande espaço que era

⁸⁷ BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

⁸⁸ PETERSEN, Silvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, v. 3, n. 3, p. 129-153, 1995.

⁸⁹ LINDEN, Marcel Van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2009.

destinado aos seus jornais sobre o evento, este que servia como uma propaganda internacionalista inigualável. Seus partidos de coligação militantes que incluía comunistas e anarquistas – como o Partido Comunista Anarquista de 1919⁹⁰ – também tinham que ser deixados de lado nesse momento e, com isso, grande parte de suas organizações mais programáticas que ligavam estratégias em algumas áreas distantes no país. Além disso, nesse período, libertários ainda foram confrontados com grandes movimentos de massas, muitos deles nacionalistas ou regionalistas, arriscados para disputar, contando, ainda, com uma repressão que mirava principalmente o teor libertário⁹¹.

Anarquistas e sindicalistas já percebiam essa atmosfera logo no início da terceira década do século XX e, em 1920, haviam convocado o Segundo Congresso Operário do Rio Grande do Sul e o Terceiro Congresso Operário no Rio de Janeiro. Entre 21 e 25 de março, em Porto Alegre, 30 associações e sindicatos se reuniram a partir de um forte prisma antimilitarista e internacionalista, declarando que “em caso de guerra externa deveria ser declarada uma greve geral revolucionária no campo e na cidade”⁹². Entretanto, o que o pesquisador Anderson Romário Pereira revela é que, mesmo antes da fundação de um partido de orientação marxista no país, personagens maximalistas e bolchevistas almejavam que o congresso e suas resoluções seguissem a Terceira Internacional Comunista de Moscou. Não

⁹⁰ Para adentrar o debate da criação do Partido Comunista Anarquista e sua abertura a grupos não anarquistas, cf. OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. Anarquismo e revolução: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (Org.). *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018. p. 207-242.

⁹¹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 129-174.

⁹² PEREIRA, Anderson Romário. Sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo nos congressos operários do Rio Grande do Sul (1898-1928). In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viada da (Org.). *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018. p. 107.

obstante, anarquistas, mesmo os que apoiavam o processo da Revolução Russa até então, defenderam a vinculação do projeto ao sindicalismo revolucionário, continuando as decisões dos congressos anteriores. No Rio de Janeiro, em abril do mesmo ano, 6 sessões na sede da União dos Operários em Fábricas de Tecidos marcaram os debates para os encaminhamentos do Terceiro Congresso Operário, que contaram com 116 delegados envolvendo associações do Estado de São Paulo, do Rio Grande do Sul e de Pernambuco. O historiador John Dulles mostra que a Liga Operária da Construção Civil de São Paulo, representada pelos militantes Deoclécio Fagundes e Teófilo Ferreira, foi um dos grupos que propunham, também, a adesão do Congresso à Internacional Comunista. De outro lado, anarquistas, como Edgard Leuenroth e Astrojildo Pereira, decidiram apenas saldar a Revolução Russa, conseguindo articular a posição de continuação do projeto do sindicalismo revolucionário, dessa vez apoiando a organização de sindicalização por indústria em detrimento da organização por ofício, uma vez que o descentralismo cada vez maior, para eles, cabia melhor em um movimento operário devastado pela repressão⁹³.

Além disso, militantes libertários evidenciavam que havia um projeto que servia perfeitamente para o crescimento do cooperativismo no período que supostamente cooptaria a organização dos trabalhadores para a fortificação do Estado nacional, passando pelo sindicalismo reformista encabeçado e defendido por socialistas ou mesmo das tentativas de cooptação do sindicalismo pelo Estado. Sobre uma polêmica da instituição da Federação Sindicalista Cooperativista Brasileira, o periódico *A Hora Social*, de Recife, em 1920, concluía uma coluna perguntando “porque motivo esse governo que

⁹³ DULLES, John. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 113-114.

pretende esmagar o sindicalismo revolucionário, transformador, acaba de organizar a Federação [...]?" , e tentava evidenciar que:

Já que se vê que o governo, organizando as tais cooperativas por intermédio da superintendência de admentação fundando a Federação Syndicalista Cooperativista Brasileira, quando ele própria fecha os sindicatos operários e comete as maiores brutalidades contra os sindicalistas revolucionários, já se vê que esse governo está com um plano maquiavélico arquitetado. Que os trabalhadores abram os olhos e não se iludam. Quando nos reunimos em sindicatos, uniões ou associações, só uma ideia devemos ter: a de revolta contra a sociedade atual.⁹⁴

O apelo era que o movimento operário, em várias de suas localidades, atuasse buscando a típica fraternidade universal e o internacionalismo, também respeitando as condições da cultura política e sindicalista local, desde um prisma revolucionário, como podemos ver no periódico *A Plebe*, em 1922:

Para ser alcançado esse objetivo, julgamos que a Internacional sindical, independente da política, deve reunir todas as bases federativas, constituindo assim, o expoente da força organizada do proletariado mundial em sua luta contra o salariedade e o patronato. Com o mesmo critério encaramos a organização da Internacional política, em cujo seio julgamos que devem ser reunidos federativamente os partidos político-sociais revolucionários de todos os países, respeitando a autonomia de cada um no desenvolvimento de seus programas específicos e estabelecendo-se um programa geral para a luta contra o domínio do capitalismo. [...] Julgando indispensável a constituição de uma sólida instituição internacional das agrupações libertárias de todo o mundo, declaramos desde já a nossa solidariedade e o nosso apoio ao Secretariado Internacional Anarquista da Suécia, organizado pelo Congresso Anarquista Internacional realizado em Berlim no mês de setembro de 1921, bem como a Federação Anarquista Internacional em formação no Uruguai⁹⁵.

⁹⁴ "Sindicalismo e cooperativismo: as manobras do governo da república". *A Hora Social*, 07/08/1920, p. 1.

⁹⁵ "Os anarquistas no momento presente". *A Plebe*, 18/03/1922, p. 4.

Assinado pelos militantes e redatores Edgard Leuenroth, João Penteado, João Peres, Rodolpho Felipe, Ricardo Cippola e outros, esse número do periódico acompanhava a chamada “os anarquistas no momento presente: definindo atitudes”. Além da ruptura oficial e mais programática com a Revolução Russa, os anarquistas aproveitavam para mostrar caminhos estratégicos e táticos nesse contexto, tanto a partir da repressão quanto da instabilidade política mundial após a Primeira Guerra Mundial. Nesse momento, ainda disputavam o termo comunista dizendo que “como comunistas atacamos a instituição da propriedade”, mas mostravam que eram também anarquistas porque era necessário uma “organização política livre, constituída do indivíduo ao grupo, do grupo à federação e à confederação com desprezo de barreiras e fronteiras”. Para isso, os métodos de ação que esses agentes instituíam eram, também, a propaganda, mas preferencialmente “a obra da organização no campo econômico, com os trabalhadores, e no campo político”⁹⁶. É assim que os anarquistas reforçam sua posição diante da estratégia do sindicalismo revolucionário, reforçando o internacionalismo e o federalismo desse movimento. Os libertários diziam estar sendo influenciados pelo Congresso Anarquista Internacional realizado em Berlim, em 1921, e pela Federação Anarquista Internacional do Uruguai, que, de fato, responderam ao processo de centralização da Revolução Russa, redefinindo a estratégia sindicalista e internacionalista típica dos anarquistas, almejando barrar o reformismo e o comunismo estatista⁹⁷.

Os órgãos e o periódico *A Plebe* parecem ter influenciado muitas organizações e periódicos libertários, assim como associações de trabalhadores, manifestações e greves no período. Antes de um acirramento da repressão nos próximos dois anos, o jornal mostra no estado de São Paulo

⁹⁶ “Os anarchistas no momento presente”. *A Plebe*, 18/03/1922, p. 1.

⁹⁷ Cf. GARNER, Jason. *Goals and means: anarchism, syndicalism, and the internationalism in the origins of the Federación Anarquista Ibérica*. London: Ak Press, 2014, p. 141-173.

inúmeras ações do operariado que ainda apostavam na ação direta, como em numa greve de sapateiros em 1922, que paralisou “há dias nas fábricas Bebé e Iberia”⁹⁸ e, em Petrópolis, os militantes anarquistas garantiram sua presença em numa grande greve vitoriosa na Fábrica São Pedro de Alcantara a partir de suas posições na União dos Operários em Fábricas de Têxteis. Nesse período, ainda, libertários eram respaldados por suas estratégias sindicais na União dos Trabalhadores Gráficos, na Liga Operária da Construção Civil, na União dos Empregados em Café, na União dos Alfaiates, bem como na União dos Artífices em Calçados, no Sindicato de Ofícios Vários e em outras associações.

Se no eixo Rio-São Paulo a repressão estava mais acirrada, as redes anarquistas e sua presença e penetração em outros estados faziam a estratégia do sindicalismo revolucionário avançar. Esse foi o caso de Fortaleza, que, a partir de 1920, conseguiu hegemonizar e instituir a estratégia do sindicalismo revolucionário na capital do Ceará. A tradição de um socialismo heterodoxo maior, a radicalização das lutas nos anos anteriores e o substancial aumento da população e das atividades industriais fizeram com que alguns militantes criassem o Partido Socialista Cearense, que foi combativo em 1919, com diversas greves e manifestações públicas⁹⁹. Entre elas mais reformistas e outras que seguiam o princípio do sindicalismo revolucionário, esses eventos e os contatos com grupos de outras cidades, e a disputa dos anarquistas em torno do periódico *O Regenerador*, desde 1908, levaram os militantes desse órgão a debater a proposta do Terceiro Congresso Operário, de 1920. Dissolvendo o partido e aceitando o federalismo como meios de luta, militantes como João Gonçalves do Nascimento, Raymundo

⁹⁸ “As greves dos sapateiros”. *A Plebe*, 07/10/1922, p. 4.

⁹⁹ Cf. BRAGA, Francisco Victor Pereira. *Pedro Augusto Motta: Militância Libertária e Verbo de Fogo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013, p. 14-78.

Ramos, Pedro Motta, Pedro Ferreira, Francisco Falcão e outros fundaram a União Geral dos Trabalhadores Cearenses (UGT), nos moldes do movimento operário paulistano organizado por bairros no período da greve geral de 1917. Junto com a Associação Gráfica do Ceará, militantes decidiram criar uma associação maior que congregasse não só por bairros, mas por categorias diversas, era a Federação dos Trabalhadores do Ceará (FTC). O autor Victor Pereira mostra, por meio da biografia do militante e trabalhador gráfico Pedro Augusto Motta, como, mediante os periódicos construídos pelo agente, *O Combate* e a *Voz do Gráfico*, esses organismos e os trabalhadores se aproximaram do sindicalismo revolucionário, denominado na região *sindicalismo de resistência*¹⁰⁰. Essa atuação foi intensa até a metade da terceira década do século XX e, mesmo depois, continuou suas tradições no movimento operário da região. Militantes, que se declaravam anarquistas por meio dessa experiência, como Pedro Augusto Motta, também levaram essas experiências a outras regiões ao compor, por exemplo, o corpo do periódico *A Plebe*, posteriormente.

Por sua vez, em Santos-SP, o historiador Fernando Teixeira da Silva mostra que, a partir de 1920, o sindicato dos operários da construção civil se expandiu e transformou-se na União de Artes e Ofícios e Anexos (UAOA), ascendendo sua estratégia pelo reformismo em detrimento da ação direta, organizando também metalúrgicos e marítimos. Desde 1919, outra entidade, a União dos Operários Estivadores (UOE), inicialmente criada no Rio de Janeiro, também teve bastante respaldo entre trabalhadores, conseguindo sindicalizar 2.366 trabalhadores. Mesmo assim, *A Plebe* e as associações que tensionavam a estratégia do sindicalismo revolucionário tentavam mostrar supostos interesses corporativos, evidenciando o aspecto autoritário que teriam alguns dos

¹⁰⁰ BRAGA, Francisco Victor Pereira. *Pedro Augusto Motta: Militância Libertária e Verbo de Fogo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013, p. 78-123.

representantes desses órgãos. Em um caso, o anarquista Manuel Campos, que tinha posição no sindicato e tentava disputá-lo, e Joaquim Alves, um dos diretores do organismo, foram acusados pela polícia pelo assassinato de Acelino Dantas, um chefe da seção de tráfego que demitiu trabalhadores em greve. No dia seguinte, trabalhadores destruíram a sede da União alegando a posição idônea de Campos, que foi inocentado pela polícia, sendo Joaquim Alves preso e condenado a 30 anos de reclusão. Fernando Teixeira da Silva mostra que esse caso evidencia que, mesmo com a emergência de sindicatos reformistas, uma grande parcela da população ainda apoiava militantes e ativistas anarquistas, uma vez que muitos destes estavam de longa data entre os trabalhadores. Não obstante, depois de disputas acirradas como essa – e não só articulações políticas, como eram feitas antes – com eventos trágicos ou não, era difícil criar certa coesão na organização desses operários¹⁰¹.

Esses casos evidenciam que a disputa entre o reformismo e o anarquismo e entre a escolha da ação direta ou não pelos trabalhadores ainda era bastante acirrada e que o anarquismo encontrava respaldo ou resistência no movimento operário no Brasil nos primeiros anos da terceira década do século XX. Pelos periódicos consultados do período também é possível perceber que anarquistas organizacionistas, ainda maioria, e seu desejo de movimento operário coeso continuavam, já que apesar de reforçarem o federalismo, uma descentralização maior e o internacionalismo, deviam seguir as bases do sindicalismo revolucionário e “os elementos libertários deste país”¹⁰². Não obstante, era necessário gastar energia para barrar pretensões nacionalistas ou patrióticas, por isso criticavam, além do reformismo, o partido comunista e sua estratégia sindical.

¹⁰¹ Cf. SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003, p. 263-268.

¹⁰² “Os anarquistas no momento presente: definindo atitudes”. *A Plebe*, 18/03/1922.

Nesse caso, a crítica foi além da postura contra a centralização do processo soviético e referia-se aos caminhos escolhidos pelos marxistas no país. Nos debates do periódico *A Pátria*, em 1923, que anarquistas, comunistas e cooperativistas disputavam, o libertário Alberto Corrêa denunciava que “o sindicato dos pedreiros começa[va] já a [se sentir] oprimido sob a perniciosa influência duma corrente autoritária, cujos partidários, que tanto têm apregoadado por aí em altíssimas truanescas vozes a neutralidade”¹⁰³. Para os militantes anarquistas, os comunistas estavam ameaçando o projeto sindicalista revolucionário sobre “neutralidade política” ao, como em outras partes do mundo, almejar a vinculação do projeto político partidário ao mesmo nível sindical. Outra crítica, bastante contundente, referia-se ao próprio método de disputa dos sindicatos pelos comunistas, que seria marcado por um “anti-revolucionarismo socialdemocrata”¹⁰⁴.

Desde 1918, com a criação da União Maximalista de Porto Alegre, de inspiração soviética e revolucionária, e com ligações internacionalistas com a Argentina e o Paraguai, também condensou grupos que haviam passado por uma herança e escolhas socialistas reformistas na região, como o militante Abílio de Nequete. Em 1921, na criação do Grupo Comunista do Rio de Janeiro e da revista *Movimento Comunista*, ambas propostas por Astrojildo Pereira, agora de clara orientação marxista, continuava a fazer menções ao elemento revolucionário bolchevista e à adesão à Terceira Internacional¹⁰⁵. O Primeiro Congresso do Partido Comunista Brasileiro entre 23 e 25 de março de 1922, iniciado no Rio de Janeiro e concluído em Niterói-RJ, com a presença

¹⁰³ *A Pátria*. 09/06/1923, citado em SAMIS, Alexandre. Anarquismo, bolchevismo e a crise do sindicalismo revolucionário. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. 2, p. 39.

¹⁰⁴ “Resposta necessária”. *A Plebe*, 01/05/1924, p. 1.

¹⁰⁵ ROIO, Marcos del. A gênese do Partido Comunista (1919-1923). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Ed.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 225-248.

de 9 delegados, entre eles Astrojildo Pereira, Antônio Bernardo Canellas, Luís Peres, Antônio Cruz Junior e outros, preservou “a herança internacionalista do movimento operário do Brasil, mas absorveu também algumas de suas tensões”¹⁰⁶. Assim, os comunistas, ao ter que fazer frente ao projeto sindicalista revolucionário típico dos libertários e, ao mesmo tempo, ao ter que fazer frente ou disputar o nacionalismo em efervescência e buscar formas de unidade operária, decidiram disputar órgãos sindicais cooperativistas e reformistas de filiação estatal ou não. Para Marcos del Roio:

O paradoxo da linha política, que impunha a sincronia de duas práticas diferentes – a cisão e a frente única – impôs aos comunistas a aproximação com os reformistas da CSCB (Confederação Sindicalista Cooperativista do Brasil), que tinha estreito vínculo com o Ministério da Agricultura, então responsável pelos assuntos trabalhistas¹⁰⁷.

Embora essa postura fosse rompida pelo partido em 1924, Angela de Castro Gomes defende que tal estratégia dos comunistas foi essencial para minar o sindicalismo de ação direta. A autora narra que, quando Custódio Alfredo de Sarandy Raposo, funcionário do Ministério da Agricultura, de orientação cooperativista e nacionalista dos sindicatos, assumiu a “Seção Operária” do periódico *O Paiz*, apesar de uma desconfiança com os comunistas pelo seu caráter revolucionário, após a abertura da Confederação Sindicalista Cooperativista do Brasil (CSCB) para todos os partidos, reconhecia que os militantes do partido marxista que estavam participando desse organismo demonstravam mediante “suas atitudes e em seus atos, judiciosas tendências estas que os aproximam da eficiência do sindicalismo cooperativista”¹⁰⁸. Na análise da autora, os comunistas:

¹⁰⁶ Marcos del Roio, *idem*, p. 233.

¹⁰⁷ ROIO, Marcos del. A gênese do Partido Comunista (1919-1923). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Ed.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁰⁸ *O Paiz*, 07/10/1923, p. 9.

Assumiam o formulário sindicalista cooperativista, incorporando ainda a prática eleitoral, por estes rejeitada. Isto é, combinavam a força dos ideais anarquistas com a eficácia dos métodos cooperativistas, não abandonando a prática partidária, até então monopólio dos socialistas¹⁰⁹.

Anarquistas, como José Oiticica, respondiam no próprio periódico *A Pátria*, ressaltando a importância do tema da organização política anarquista no Congresso de Berlim, que,

[...] tratando da organização anárquica para a luta contra a burguesia, prescreve o federalismo dos grupos autônomos, processo grato aos libertários de todos os tempos, mas debalde procuro nas resoluções desse congresso um meio de tornar esse federalismo eficiente de arregimentar as federações de tal modo que possam levar a combate decisivo as massas trabalhadoras. Como dar unidade e união às federações? Como conseguir um corpo de militantes verdadeiramente de vanguarda, à prova de fogo e bons guias? Exemplo dessa falta encontramos-a nós aqui. O Segundo Congresso Operário proclamou o federalismo, mas não soubemos efetivar as federações anárquicas dentro dos sindicatos¹¹⁰.

Para o militante, ainda, essa prática, como a da Aliança Anarquista em 1918, deixada para trás, ao mesmo tempo que traria unidade nacional ao anarquismo, criando uma federação ou partido no país via federações e grupos menores em cada cidade ou estado, favoreceria um entendimento ou “unidade de ação” possível para enfrentar o cooperativismo e a unidade do Partido Comunista.

Contudo, para a maioria dos grupos e periódicos anarquistas do período era tarde demais, comunistas souberam aproveitaram melhor, não só por suas estratégias, mas pela própria situação do anarquismo e do sindicalismo revolucionário no período, a união entre centralismo partidário e

¹⁰⁹ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005, p. 151.

¹¹⁰ *A Pátria*, 22/06/1923, p. 1.

unidade com o próprio nacionalismo e os projetos sindicais que deste estavam surgindo.

A proposta majoritária que restava ao anarquismo foi disputar minimamente esses organismos, tentando tensionar a estratégia do sindicalismo revolucionário quando fosse possível nesses ambientes e apoiar organismos revolucionários independentes do Estado, além da Federação Operária de São Paulo (FOSP) e de suas categorias, a Federação Operária do Rio de Janeiro (FORJ) com a União dos Operários da Construção Civil e a União dos Artífices em Sapatos e a Federação Operária Regional do Rio Grande do Sul (FORGS) com o Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Anexos, o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, o Sindicato dos Metalúrgicos, o Sindicato dos Tipógrafos e outros, mostrando que a ação direta tinha respaldo entre setores dos trabalhadores no país. As táticas propagandísticas e a disputa na esfera cultural também se mostravam atuantes e com potência. Não obstante, outros eventos trariam péssimas notícias ao anarquismo e ao seu projeto ou vetor social, mas que desencadeariam uma aposta mais incisiva para suas redes em outros países e núcleos menos usuais.

Do tenentismo e “da nossa revolução” à Clevelândia e a tentativa de manutenção dos circuitos sindicalistas contra a repressão a partir do internacionalismo

Na década de 1920, o Brasil apresentava um perfil populacional bem diferente comparado ao início do processo migratório no país. Os censos demográficos do país mostram que entre 1900 e 1920, a população aumentou de quase 17.500.000 de habitantes para quase 30.700.000, o que foi muito maior do que entre a década de 1890 e 1900 ou mesmo posteriormente, entre

1920 e 1930¹¹¹. As populações dos polos industriais, como Rio de Janeiro e São Paulo, nesse processo, foram as que mais incharam, passando de 1.737.478 de habitantes para 2.717.244 e de 2.282.279 para 4.592.188. Embora se possa discutir a forma como esses censos eram realizados, fontes dos próprios jornais operários e imagens do período mostram a expansão dessas cidades e o acúmulo populacional¹¹².

Tal crescimento populacional, com certeza, teve peso nas medidas de repressão dessa década, já que os bairros operários cresciam exponencialmente e a organização dos trabalhadores e suas ideias revolucionárias mostravam efeitos concretos como na onda insurrecional e grevista de 1917 até 1919. Além da repressão imediata nesse período, com prisões e deportações¹¹³, a reação mais programática da classe média e das elites veio com a eleição de Artur Bernardes, em 1922, que criou a 4ª Delegacia Auxiliar, atuando para efetivar a perseguição política no país com pretexto de assegurar crimes contra a perturbação social, devido à pressão dos chefes industriais após os eventos passados¹¹⁴.

Entretanto, no caso brasileiro, não eram apenas as mobilizações nos bairros operários que assustavam os grupos políticos do país e os mais abastados. O aumento da população e a diversificação do perfil populacional com o crescimento da classe média e o desgaste do pacto

¹¹¹ Cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Tabela 1.4: População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação. Disponível em:

<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_4.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

¹¹² Cf. PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX – 1890 a 1954*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

¹¹³ A historiadora Endrica Geraldo analisou o processo de deportação de 23 militantes no ano de 1919, entre eles Everardo Dias, sob a lei Adolfo Gordo; cf. GERALDO, Endrica. Os prisioneiros de Benevente. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 64, p. 61-76, 2012.

¹¹⁴ ROMANI, Carlo. A revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. 2, p. 59-60.

oligárquico, junto com a circulação de ideias republicanas que visavam à igualdade de direitos sob uma perspectiva legalista e liberal, muitas vezes personificada pelo nacionalismo, resultaram em manifestações, passeatas e insurreições fora do espectro essencialmente da classe trabalhadora, que, na realidade, foi impulsionado com a força que as manifestações operárias, revelaram desde o início do século. A Revolta de 1922 ou do Forte de Copacabana já escancarava o que viria nos próximos anos, a junção de interesses da classe média contra a república oligárquica condensada nas forças dos oficiais estaduais chamados de “tenentes”, instaurando uma grande crise política no país. A chamada Revolução Paulista de 1924, em São Paulo, a Comuna de Manaus no mesmo ano e a Coluna Prestes, no período seguinte, eram alongamentos desse processo que causaram agitações sociais e fizeram o então presidente decretar estado de sítio, aumentando a repressão sob este e outros movimentos¹¹⁵.

Grupos socialistas, como os anarquistas, tentavam fazer suas considerações sobre essas manifestações e revoltas e marcar certa posição ou mesmo intervenção. Em julho de 1924, quando as tropas insurgentes conseguiram ocupar a cidade após o bombardeio do Palácio Campos Elísios, no período de 23 dias seguintes, afugentando o presidente do estado, Carlos de Campos, e exigindo depor o presidente Artur Bernardes, além de reclamar pelo voto secreto a instauração do ensino público obrigatório e outros pontos, estendendo-se também em regiões interioranas do estado e no Rio Grande do Sul, o periódico *A Plebe* afirmava que “sem transigir com os nossos princípios, não devemos deixar de olhar o movimento revolucionário triunfante com devida

¹¹⁵ Cf. DULLES, John. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, p. 193-221.

simpatia", e, citando Errico Malatesta, almejavam fazer "fazer uma revolução o mais 'nossa' que seja possível"¹¹⁶.

Em vista disso, em 15 de julho de 1924, anarquistas em São Paulo, alguns deles com grande participação em sindicatos revolucionários e na imprensa operária libertária, como Pedro Mota, Rodolfo Felipe, Antonio Domingues e outros 25, assinaram uma "Moção dos militantes operários ao Comitê das Forças Revolucionárias", tentando levar a insurreição a um espectro progressista ao afirmar que apoiariam o evento. Anarquistas não defendiam a posição militarista da insurreição, mas avaliavam que o apoio poderia ser benéfico aos interesses dos trabalhadores e dos anarquistas e sindicalistas. Nesse sentido, afirmaram que era possível, durante o evento, ver uma "multidão de gente carregando de tudo, desde farinha e outros comestíveis, até casimira, remédios, panelas, pratos e louças de todo e tipo" e que, "por essa razão, todos os potentados, donos de fábricas, donos de grandes armazéns, donos de moinhos e os atacadistas, fugiram precipitadamente temendo por uma vingança popular"¹¹⁷, embora o jornal *A Plebe* também tenha afirmado que "houve muita gente que aproveitou a ocasião sem estar necessitada, como também houve muito desperdício e estrago de víveres"¹¹⁸. Para Carlo Romani, de fato, "após o quarto dia de ocupação, a situação da cidade caminhava para uma participação popular cada vez mais intensa. Turmas de jovens se apresentavam para o recrutamento no quartel da Força Pública, ativistas insuflavam a população nas ruas a tomar conta dos armazéns dos grandes atacadistas"¹¹⁹, o que poderia fazer, de fato, com que qualquer militante no período pudesse visualizar o potencial caráter

¹¹⁶ *A Plebe*, 25/07/1924, citado em ROMANI, Carlo. Antecipando a Era Vargas: a revolução paulista de 1924 e a efetivação de práticas de controle político e social. *Topoi*, v. 12, n. 23, p. 166-167, 2011.

¹¹⁷ Memórias de Pedro Catalo em Edgar Rodrigues, citado em Carlo Romani, 2011, p. 165.

¹¹⁸ *A Plebe*, 25/07/1924, p. 2.

¹¹⁹ Carlo Romani, 2011, p. 165.

revolucionário do evento. Por isso os anarquistas resolveram “fazer ao General Isidoro Dias Lopes, a seguinte proposta: o general favoreceria armas aos anarquistas que formariam um batalhão de civis para lutar contra o governo central, porém, autônomos, sem a disciplina e a ingerência militar”, nas palavras do militante Pedro Catalo¹²⁰.

Existe a hipótese de que participação declarada fez com que anarquistas fossem reprimidos muito mais do que outros grupos, como os comunistas, que declararam acompanhar com maior cautela o desenrolar dos eventos. Não obstante, sabemos que militantes não envolvidos, inclusive em outras cidades, como José Oiticica, foram presos, assim como Pedro Carneiro, da União dos Operários da Construção Civil no Rio de Janeiro¹²¹. Sindicatos também foram atacados durante a repressão e, posteriormente, no período de estado de sítio, o que nos faz pensar que reprimir uma tendência política que havia insistido em associações fora do espectro estatal, com certa amplitude e tradição no movimento operário, além de tentar minar o patriotismo, não foi mera coincidência. Nas palavras de Carlo Romani, “alguns ativistas políticos mais conhecidos e que vinham sendo vigiados nos últimos dois anos, desde o início da criação da delegacia de repressão às atividades subversivas, foram detidos em suas casas [e em seus] locais de trabalho”¹²². O historiador expõe, ainda, as memórias do militante Pedro Carneiro, publicadas por Edgard Rodrigues:

Às 23 horas, foram chamados José Alves do Nascimento, Pedro Carneiro, João Cância, João Valentim Argolo e Antônio Salgado da Cunha. Levados para a carceragem, fomos metidos num cubículo pequeno, até às 24 horas, aparecendo a esta hora o célebre

¹²⁰ Edgar Rodrigues, citado em ROMANI, Carlo. Antecipando a Era Vargas: a revolução paulista de 1924 e a efetivação de práticas de controle político e social. *Topoi*, v. 12, n. 23, p. 166, 2011.

¹²¹ Carlo Romani, 2011, p. 59.

¹²² ROMANI, Carlo. A revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. 2, p. 12-13.

“Capitão” Raul, auxiliado pelos agentes “26”, “Zé Gordo”, “Jaime da Gamboa” e mais dois “bajuladores”. Vinham retirar dos cubículos 170 homens que iam entrando na “Viúvas Alegres”, debaixo de uma surra de bengalas sem dó nem piedade. Depois chamaram seis operários, dentre os quais faltava um que eles mesmos não sabiam quem era, e só depois descobriram que era Domingos Passos, preso na geladeira desde 7 de julho de 1924. Entramos na “Viúva Alegre”, cada um de nós apanhamos de bengala¹²³.

O periódico *O Syndicalista*, de Porto Alegre, exclamava que “tombaram Domingos Passos [...] e centenas de operários, de produtores, covarde e vilmente castigados pelo crime de pensar, de lutarem como explorados que eram”¹²⁴.

Junto a militantes assíduos e que representavam uma ameaça ao Estado e aos detentores dos meios de produção, centenas sofreram os efeitos da repressão, desde o bombardeio em São Paulo que deixaram pessoas em situação de rua e mais pobres mortos, também causando intensos danos nos bairros industriais e ferroviários da Zona Leste, como na invasão de casas, com espancamentos e abusos sexuais, de acordo com a imprensa operária do período. Até 1925, outras pessoas foram detidas, acusadas de “vadiagem” (pessoas em situação de rua ou sem emprego fixo), furto ou praticantes de jogos proibidos, ou seja, pessoas que não tinham relação direta com a rebelião, mas que estavam dentro do expurgo da polícia berdanesca, que tinha alongamentos do higienismo social¹²⁵. Não obstante, não podemos ser ingênuos e pensar que essas prisões também não tinham relação com a repressão política já que

[...] a estratégia seria a de deter o operário ativista para averiguações colocando-o na mesma cela dos criminosos comuns. Com o acúmulo de detenções, a atividade política subversiva, aos olhos da opinião pública, passaria a ser vista como delito qualquer como furto, o

¹²³ Edgard Rodrigues, citado em Carlo Romani, 2009, p. 13.

¹²⁴ “Urge um protesto decisivo”. *O Syndicalista*, 15/07/1926, p. 1.

¹²⁵ Cf. SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé/Imaginário, 2002.

homicídio ou a vadiagem e assim, a imagem do prisioneiro político passaria a ser associado à do bandido comum¹²⁶.

Até 1925, com o estado de sítio e a proibição da imprensa de fazer apologia à “subversão”, muitos desses presos foram enviados para Clevelândia, uma vila em Oiapoque, no Norte do Brasil, que faz divisa com a Guiana Francesa, atualmente no Estado do Amapá, que foi transformada em uma colônia penal. No estudo de Alexandre Samis sobre esse processo, afirma-se que “foram “oficialmente” degredados algo em torno de 1.200 prisioneiros, entre soldados rebeldes, operários sindicalistas, anarquistas, ladrões, loucos e vadios”¹²⁷.

Nesses anos de sua inatividade, a propaganda de insistência de continuidade do vetor de massas do anarquismo ficou a cargo dos libertários, sustentando a Federação Operária do Rio Grande do Sul. Anarquistas, que conseguiram a hegemonia da FORGS desde o início da década, como vimos, continuavam seus esforços de perpetuação da estratégia do sindicalismo revolucionário, fazendo propaganda e articulações a partir do periódico *O Syndicalista*, que tinha quatro páginas, saía de forma irregular e era distribuído ou vendido de maneira variável. Em 1925, sob a direção de Orlando Martins e depois Elimar Schmidt, também contando com a participação de Friedrich KNIESTEDT – imigrante alemão erradicado no Brasil –, o periódico informava a realização do 3º Congresso Operário Regional do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, entre 27 de setembro e 2 de outubro. Nesse evento, decidiram-se alguns pontos que seriam seguidos pela militância dos anarquistas em torno da FORGS e de *O Syndicalista*, como levar a cabo o Comitê Pró-Presos Sociais, propagar a criação de sindicatos combativos na

¹²⁶ ROMANI, Carlo. A revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. 2, p. 61.

¹²⁷ Alexandre Samis, 2002, p. 54.

cidade, assim como apoiar, tentando radicalizar os do país, disputando-os com comunistas, reformistas e cooperativistas, assim como criar lugares de propaganda e instrução do racionalismo e da ideologia libertária. O historiador Tiago Oliveira afirma que

[...] para tanto, os participantes resolveram que seria necessário criar comitês semelhantes aos já existentes em Porto Alegre e em todo o estado, a fim de torná-lo uma célula regional. Decidiu-se também apelar para a solidariedade dos trabalhadores do Brasil e do exterior, além de acatar uma proposta mais prática feita por Reduzinho Colmenero, representante da União Geral dos Trabalhadores de Bagé, de se tentar boicote da navegação marítima do país¹²⁸.

Embora o pesquisador afirme que não é possível “sobrevalorizar as atividades dos anarquistas gaúchos nesse período”, pois, como o próprio *O Syndicalista* apontava, existia uma “apatia reinante nos sindicatos, os quais atualmente se estavam revigorando”, o que impossibilitava greves gerais na cidade ou no país e boicotes generalizados, o mesmo aponta que a ação do periódico e da FORGS logo atraiu a atenção de Domingos Passos, que escrevia em carta:

Eia! Camaradas!!! Avante! Sempre avante! Como muito bem dissestes, “os libertários do Brasil estão entrincheirados no Rio Grande do Sul”. Sois vós o último reduto do Ideal no Brasil, neste momento; sois vós os que empunhaes o facho da Liberdade enquanto as trevas da escravidão dominam todo o resto da região¹²⁹.

Com a dificuldade de manter ligação com outros grupos no próprio país, as notícias do jornal sobre o movimento operário gravitavam em torno das associações do Rio Grande do Sul, onde pareciam ter maior influência, entre eles o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira, o Sindicato Metalúrgico,

¹²⁸ OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009, p. 189.

¹²⁹ *O Syndicalista* e carta de Domingos Passos, citado em Tiago Bernardon de Oliveira, 2009, p. 187-189.

o Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil, o Sindicato dos Canteiros, o Sindicato dos Tipógrafos, o Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Anexos e a Ação dos Padeiros¹³⁰, também usando, dessa maneira, o Comitê Pró-Presos Sociais como ferramenta para manter uma mínima ligação com anarquistas no país, ao mesmo tempo que lidava com a repressão. Nesse ínterim, também apostava no internacionalismo, relatando notícias da Argentina, Chile, Estados Unidos da América (EUA), Itália, França, México e outros, fazendo uma grande campanha por Sacco e Vanzetti, ligando-a com a repressão no país e, ainda, atacando teoricamente o patriotismo. Neste último caso, sob o título “O mundo como pátria”, contrariavam a tese biológica e higienista que afirmava que “a divisão das raças” foi determinada pela natureza. Para eles, “tal critério é uma aberração sob o ponto de vista social, humano e político”, sendo que se “os costumes, a educação e até o clima é o aparelho divisor das raças”, criando lugares mais favoráveis a cada tipo de etnia, isso seria corrigido “desde que se pratique a transmigração das raças, isto é, a emigração recíproca dos povos de um continente para outro”¹³¹.

Além do caso de *O Syndicalista* e da FORGS, devemos citar que o Ceará, onde, como vimos, ascendia a estratégia do sindicalismo revolucionário no início de 1920, foi um dos principais focos libertários no período. Mesmo com o crescimento rápido do reformismo e do bolchevismo, disputando os sindicatos com anarquistas, os libertários, no raiar de 1921, por meio do periódico *O Combate*, noticiavam o movimento operário da região nordestina e, por vezes, também do Norte, ao relatar e impulsionar grupos sindicais, além de atos e manifestações contando com o apoio e influência de grupos anarquistas ou racionalistas como o Clube Socialista Maximo Gorki, o Centro de Estudos Libertários, a Escola Operária Racional, a Escola

¹³⁰ Cf. “Movimento Associativo”. *O Syndicalista*, 15/07/1926, p. 2.

¹³¹ “O Mundo como pátria”. *O Syndicalista*, 01/02/1924, p. 3.

Renascença e a Escola Humanidade Nova. Um dos principais grupos desse período contra a repressão foi o Grupo Libertário Amigos d'A Plebe, de Fortaleza, que denunciava a perseguição política no país e ajudou em fugas de Clevelândia enfocando a militância de *A Plebe*, entre 1924 e 1925, e a continuação do Comitê Pró-Presos Sociais. O historiador Victor Braga analisou que

[...] uma carta enviada do Ceará revela, além das relações políticas com os camaradas anarquistas do ultramar, a tentativa dos militantes cearenses, provavelmente do Grupo Libertário Amigos d'A Plebe de Fortaleza, em fazer algo para denunciar o que ocorria no país, solidarizando-se com os companheiros d'A Plebe e outros trabalhadores presos. [...] Entre os presos, estava um conterrâneo cearense, o gráfico Pedro Motta¹³².

A tradição organizativa, em algumas cidades no Nordeste do Brasil, fez com que *A Plebe*, logo quando retornou, noticiasse intensamente greves, manifestações, atos e organizações importantes na região, como "a greve dos operários da Rossbach Brazil", em Recife, e a criação do Centro de Estudos Sociais do Belém, no Pará, assinado pelos militantes Raymundo Cordeiro, Antonio Pereira da Silva, Pedro Lyra, Mauro Serra e outros, que afirmavam:

[...] considerando que a organização operária baseada no moderno Sindicalismo Revolucionário é o veículo mais apropriado para a transição do Regime Capitalista-Estatal ao advento da Sociedade Comunista Libertária do futuro[,] julgamos do nosso dever inalienável prestigiar, incentivar, desenvolver a organização sindicalista revolucionária entre as massas oprimidas e laboriosas, fortalecendo-a com nossa adesão aos sindicatos atualmente existentes, assim como auxiliando a fundação de outros, onde forem necessários, ou as circunstâncias aconselharem¹³³.

¹³² BRAGA, Francisco Victor Pereira. *Pedro Augusto Motta: Militância Libertária e Verbo de Fogo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013, p. 215.

¹³³ "A Acção Libertária no Pará". *A Plebe*, 09/04/1927, p. 2-3.

Após o estado de sítio, dessa maneira, além de tentarem mostrar, para seus leitores no estado e no país, que o anarquismo e sua principal estratégia continuavam ativos no país, tentavam também ligá-los, dando a ideia de organização a nível nacional, desde que ressaltando o federalismo e o antiestatismo, disputando e criando organizações de massa.

Outra ação interessante nesse sentido foi a notícia do Congresso Operário Continental, um esforço da Confederação Geral do Trabalho do México de aproximar grupos sindicalistas no continente americano, além de tentar fazer frente unida contra a repressão e a favor de direitos trabalhistas. Nos próximos anos, um órgão americano que foi sugerido no congresso não foi efetivado como era almejado, mas a resolução de apoio dos sindicatos no país e na Argentina possibilitaram uma nova aproximação após o momento de repressão. A *Plebe* noticiou que foi em Pelotas-RS, pela Federação Operária do Rio Grande do Sul, que foi decidido o apoio ao evento, recebendo logo adesão de grupos do Rio de Janeiro, de Minas Gerais e de São Paulo¹³⁴.

Considerações finais: a pedra no sapato

Se, para os militantes anarquistas paulistanos em torno de *A Plebe* do período, a retomada das decisões, eventos e iniciativas de grupos no Sul e no Nordeste do país representavam um esforço de reestruturação do movimento operário no estado e avaliação da situação de sua família política e sua principal estratégia no país, tentando conservá-los e, possivelmente, potencializá-los, para nós, esses indícios mostram que, mesmo com a repressão e o estado de sítio e embora a estratégia do sindicalismo revolucionário tenha sido fortemente afetada, sua relevância no movimento

¹³⁴ *A Plebe*, 26/03/1927, p. 2.

operário continuou. As pesquisas que trabalham com a hipótese que foi, a partir daí, que anarquistas abandonaram a estratégia sindicalista também não podem ser corroboradas, ainda mais olhando para evidências fora do eixo Rio-São Paulo, menos atingidas pela onda de repressão¹³⁵. Mesmo no caso de São Paulo, o historiador Demetrio Quiros Junior revela como a categoria de sapateiros militantes e sindicalistas na década de 1920 contava com “28 militantes e 4 organizações” e que “estiveram presentes em outras lutas e manifestações [...], como no caso da Revolução de 1924 em São Paulo, dos protestos pela condenação dos anarquistas italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti nos Estados Unidos em 1927 e na luta contra o fascismo”¹³⁶. Após 1928, o anarquismo continuava atuando em manifestações em diversas partes do Brasil, como atestam muitos dos documentos e periódicos existentes para pesquisa, além de vários estudos que apontam essa característica. A insistência dos anarquistas diante do sindicalismo fazia com que, mesmo em 1933, um relatório policial sobre as atividades da Federação Operária de São Paulo, afirmasse que “a quase totalidade dos anarquistas de S. Paulo estiveram presentes” na assembleia e “na sala quase que só tinha anarquistas”¹³⁷.

A tentativa da manutenção das redes sindicalistas e de grupos anarquistas mais organizados para não se desmembrar no território nacional, na prática, continuava – embora com danos e atrasos severos, devido à repressão e às transformações do sindicalismo e o embate com comunistas, reformistas e cooperativistas –, ao mesmo tempo que se tentava minar o patriotismo de Estado. Era necessário excluir ou diluir o ideário nacional dos discursos e sublinhar o internacionalismo, a fraternidade internacional e a

¹³⁵ Cf. FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Difel, 1977.

¹³⁶ QUIROS JUNIOR, Demetrio. Sapateiros militantes em São Paulo na década de 1920: lutas, debates, caminhos. *Revista Escrita da História*, v. 4, n. 8, p. 65, 2017.

¹³⁷ Doc 16, Prontuário DEOPS-SP, n. 144 – Florentino de Carvalho.

ligação entre repressão e os interesses mundiais da burguesia, bem como a repressão e a necessidade do sindicalismo e da ação direta a partir de certa unidade no país. O anarquismo e um sindicalismo de ação direta ainda representavam uma pedra no sapato para a burguesia.

REFERÊNCIAS

Periódicos utilizados

A Hora Social, Recife. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.
A Pátria, Rio de Janeiro. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.
A Plebe, São Paulo. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.
O Paiz, Rio de Janeiro. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.
O Syndicalista, Porto Alegre. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp.

Outras fontes

Prontuário Florentino de Carvalho. Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social-SP.

Livros e artigos

BATALHA, Claudio. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 145-158.

BRAGA, Francisco Victor Pereira. *Pedro Augusto Motta: Militância Libertária e Verbo de Fogo*. 300f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2013.

DULLES, John. *Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social: 1890-1920*. São Paulo: Difel, 1977.

GARNER, Jason. *Goals and means: anarchism, syndicalism, and the internationalism in the origins of the Federación Anarquista Ibérica*. London: Ak Press, 2014.

GERALDO, Endrica. Os prisioneiros de Benevente. *Revista Brasileira de História*, v. 32, n. 64, p. 61-76, 2012.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Tabela 1.4: População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_4.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

- LINDEN, Marcel Van der. História do trabalho: o velho, o novo e o global. *Mundos do Trabalho*, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2009.
- MARAM, Sheldon. *Anarquismo, imigrantes e o movimento operário brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, Tiago Bernardon de. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. 267f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.
- _____. Anarquismo e revolução: militância anarquista e a estratégia do sindicalismo revolucionário no Brasil da Primeira República. In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viana da (Org.). *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018. p. 207-242.
- PARRA, Lucia Silvia. *Combates pela liberdade: movimento anarquista sobre a vigilância do DEOPS/SP*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2003.
- PEREIRA, Anderson Romário. Sindicalismo revolucionário e anarcossindicalismo nos congressos operários do Rio Grande do Sul (1898-1928). In: SANTOS, Kauan Willian dos; SILVA, Rafael Viada da (Org.). *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil: novas perspectivas*. Curitiba: Prismas, 2018. p. 119-144.
- PETERSEN, Sílvia. Cruzando fronteiras: as pesquisas regionais e a história operária brasileira. *Anos 90*, v. 3, n. 3, p. 129-153 1995.
- QUIROS JUNIOR, Demetrio. Sapateiros militantes em São Paulo na década de 1920: lutas, debates, caminhos. *Revista Escrita da História*, v. 4, n. 8, p. 60-87, 2017.
- SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo*. 193f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.
- PORTA, Paula (Org.). *História da Cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século XX – 1890 a 1954*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- ROIO, Marcos del. A gênese do Partido Comunista (1919-1923). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Ed.). *A formação das tradições (1889-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 223-248.
- ROMANI, Carlo. Antecipando a Era Vargas: a revolução paulista de 1924 e a efetivação de práticas de controle político e social. *Topoi*, v. 12, n. 23, p. 161-178, 2011.
- _____. A revolta de 1924 em São Paulo: uma história mal contada. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. 2, p. 51-68.
- SAMIS, Alexandre. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé/Imaginário, 2002.
- _____. Anarquismo, bolchevismo e a crise do sindicalismo revolucionário. In: ADDOR, Carlos Augusto; DEMINICIS, Rafael. (Org.). *História do anarquismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009. v. 2, p. 37-50.
- SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões: os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2003.